

INTRODUÇÃO.....	29
-----------------	----

Capítulo 1

PREMISSAS METODOLÓGICAS	35
1. Noções fundamentais: enunciado, norma e fontes do direito.....	35
1.1. Enunciado, texto e norma.....	35
1.2. Enunciados textuais abertos: cláusula geral e conceito jurídico indeterminado	42
1.2.1. A construção dos enunciados normativos abertos: diferenças e semelhanças.....	42
1.2.2. A reconstrução interpretativa dos enunciados normativos abertos. O papel do juiz.....	45
1.2.3. Técnica legislativa (não-casuística) e aplicação por concreção	47
1.2.4. O conceito jurídico indeterminado. A natureza e o alcance da sua "indeterminação"	50
1.2.5. Os conceitos jurídicos indeterminados e as cláusulas gerais em sua interação. Concretização e desenvolvimento judicial do direito	55
1.3. Fontes do direito	58
1.4. Espécies normativas.....	66
1.4.1. Esclarecimento prévio	66
1.4.2. Critérios distintivos entre princípios e regras.....	67
1.4.2.1. Forma de prescrição de comportamento	67
1.4.2.2. Fundamentação necessária para a sua aplicação	68
1.4.2.3. Modo de contribuição para decisão	71
1.4.2.4. Solução do conflito normativo.....	73
1.4.3. Distinção adotada. Espécies distintas e articuladas (interativas)....	79
1.4.4. Postulados.....	82
2. Interpretação.....	85

2.1.	Interpretação e o seu objeto.....	85
2.2.	Interpretação de texto normativo	86
2.3.	Teorias da interpretação	88
2.4.	Interpretação como descrição, decisão e criação	91
3.	Espécies normativas constitucionais e sua interpretação	102
3.1.	A norma constitucional e suas peculiaridades.....	102
3.2.	Norma constitucional organizatória	102
3.3.	Normas de interpretação constitucional.....	103
3.3.1.	Considerações gerais	103
3.3.2.	Unidade da constituição.....	106
3.3.3.	Concordância prática (máxima eficácia, força normativa da constituição e efeito integrador).....	110
3.3.4.	Conformidade funcional.....	113
3.3.5.	Interpretação conforme a constituição.....	114
3.4.	Interpretação evolutiva e principiológica.....	115
4.	Considerações finais: a função dessas premissas metodológicas para a tese.....	118

Capítulo 2

PROCESSO E PROCEDIMENTO	121	
1.	Os atos complexos de formação sucessiva. Procedimentos.....	121
1.1.	Noção introdutória	121
1.2.	Principais posicionamentos doutrinários.....	122
1.2.1.	Posicionamento de Marcos Bernardes de Mello.....	122
1.2.2.	Posicionamento de Giovanni Conso – e outros.....	123
1.2.3.	Posicionamento de Egon Bockmann Moreira – e outros.....	126
1.2.4.	Posicionamento de Francesco Carnelutti.....	127
1.2.5.	Posicionamento de Paula Costa e Silva	129
1.2.6.	Posicionamento de Scarance Fernandes	130
1.2.7.	Posicionamento de Fazzalari.....	131
1.3.	Posicionamento adotado.....	132
2.	Situação jurídica, relação jurídica e processo.....	135
2.1.	Situação jurídica processual e suas acepções.....	135

2.2.	Espécies de situações jurídicas processuais: relacionais e não-relacionais	136
2.3.	Processo como situação jurídica relacional. A doutrina de Oskar Büllow.....	140
2.4.	Processo como situação jurídica (direito material transformado). A doutrina de James Goldschmidt	143
2.5.	O processo e as situações jurídicas. Diferentes visões doutrinárias	146
2.6.	O processo como ato (procedimental) potencialmente eficaz. O papel das situações jurídicas processuais	151
3.	Processo como instrumento de produção de norma e decisão	155
4.	Processo e procedimento: procedimentos processualizados	159
4.1.	Procedimentalização das funções estatais. Uma análise histórica e crítica	159
4.2.	Processualização dos procedimentos de exercício das funções estatais	165
4.3.	Distinção doutrinária de processo e procedimento.....	169
4.3.1.	Critério da complexidade (ou totalidade). Dissociação fático-eficaz	169
4.3.2.	Critério do objeto	171
4.3.3.	Critério teleológico (ou formal)	172
4.3.4.	Critério da estrutura dialética	180
5.	Correlação e identificação necessária entre processo e procedimento	185

Capítulo 3

NORMA DE PROCESSO E NORMA DE PROCEDIMENTO.....		189
1.	Processo e direito material	189
2.	Relação entre processo e direito material.....	191
3.	Direito material como objeto de decisão.....	196
4.	Norma material e norma processual	198
4.1.	Distinção no âmbito dos processos estatais em geral.....	198
4.2.	Distinção no âmbito dos processos jurisdicionais. Uma revisão de paradigma.....	201
4.3.	O Direito processual e a norma processual jurisdicional estaticamente considerada.....	204
5.	Institutos considerados "bifrontes". Natureza das normas de regência	205

5.1.	Esclarecimentos iniciais	205
5.2.	Normas sobre responsabilidade patrimonial	207
5.3.	Normas sobre hipoteca.....	211
5.4.	Normas sobre fraude contra credores.....	215
5.5.	Normas sobre prova.....	217
5.5.1.	Nota introdutória.....	217
5.5.2.	Corrente materialista. Posicionamento adotado	218
5.5.3.	Corrente processualista. Uma análise crítica.....	223
5.5.4.	Algumas teorias mistas. Uma análise ainda crítica.....	225
5.5.5.	Colocações finais	229
5.6.	Normas sobre legitimidade ad causam e outras condições da ação	229
5.6.1.	Considerações gerais sobre a ação e o seu condicionamento	229
5.6.2.	Interesse de agir.....	234
5.6.3.	Legitimidade ad causam.....	239
5.6.4.	Natureza das normas sobre as condições da ação	242
5.6.4.1.	Corrente processualista	242
5.6.4.2.	Teoria da asserção.....	243
5.6.4.3.	Corrente materialista	246
5.6.4.4.	Visão adotada	251
6.	Análise da doutrina que distingue norma de processo e de procedimento	253
6.1.	A norma processual e sua classificação	253
6.2.	Critério da dissociação fático-eficaz	257
6.3.	Critério finalístico (ou formal)	260
6.4.	Critério da estrutura dialética	268
6.5.	Critério da admissibilidade da demanda e da conformidade com as normas fundamentais	270
6.6.	Critério eclético.....	272
7.	Norma de processo como norma de procedimento (e vice-versa).....	281
8.	Nota conclusiva	285

Capítulo 4

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA NO DIREITO BRASILEIRO	289
1. Noções gerais sobre a competência	289

1.1.	Competência na Teoria Geral do Direito.....	289
1.2.	Princípio da prescrição normativa (tipicidade e disponibilidade).....	291
1.3.	Competência escrita e não escrita (explícita e implícita)	292
1.4.	Competência concorrente e exclusiva	296
1.5.	Competência administrativa, legislativa e jurisdicional.....	297
1.6.	Competência adequada	297
2.	Técnicas de repartição da competência legislativa.....	304
2.1.	Federalismo e repartição de competências	304
2.1.1.	O Estado e suas formas (unitária e composta).....	304
2.1.2.	Estado Federal e sua caracterização	307
2.1.3.	Alguns tipos de federalismo.....	313
2.1.4.	Sistemas de repartição de competências federativas (horizontal e vertical).....	315
2.2.	Sistema brasileiro. Visão crítica.....	322
2.2.1.	Federalismo brasileiro.....	322
2.2.2.	A autonomia limitada dos entes federativos.....	327
2.2.3.	A repartição de competências legislativas na CF/1988.....	328
2.2.3.1.	Sistema misto e da predominância do interesse.....	328
2.2.3.2.	Quadro geral de competências legislativas explícitas e implícitas	332
2.2.3.3.	Entre o propósito descentralizador e a tradição centralizadora	337
3.	Competência legislativa privativa da união e concorrente da União e dos Estados (e Distrito Federal) NA CF/1988.....	339
3.1.	Competência legislativa privativa da União.....	339
3.2.	Competência legislativa concorrente.....	346
3.3.	Identificação de normas gerais e suplementares.....	350
3.3.1.	Colocação do problema.....	350
3.3.2.	Propostas de solução. Critérios de distinção das normas gerais e suplementares.....	353
3.3.2.1.	Critério genético e material.....	353
3.3.2.2.	Critério da extensão subjetiva e/ou objetiva	354
3.3.2.3.	Critério da profundidade.....	362
3.3.2.4.	Critério de excepcionalidade (ou subsidiariedade).....	362

3.3.2.5. Critério lógico e teleológico. A dimensão do interesse a ser atendido	363
3.3.3. Critério adotado (ecclético)	364
3.3.4. Opção terminológica	368
3.4. Competência supletiva dos Estados e Distrito Federal	370
3.5. Conflito aparente de competências legislativas (privativa e concorrente).....	373

Capítulo 5

NORMA PROCESSUAL E NORMA PROCEDIMENTAL E A REPARTIÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA NO DIREITO BRASILEIRO	379
1. Evolução histórica da competência legislativa em matéria processual nas constituições brasileiras	379
1.1. Da colônia ao império. Um Estado unitário	379
1.2. O advento da República e o modelo federativo. A atribuição de competência legislativa sobre “direito processual” para os Estados-membros	382
1.3. O retorno à centralização legislativa. A competência legislativa da União sobre o “direito processual”	389
2. Competência legislativa em matéria processual na CF/1988. arts. 22, I, e 24, x E XI, CF	392
2.1. Competência para legislar sobre o “processo” nos juizados. Art. 24, X, CF	392
2.2. Competência para legislar sobre “direito processual” e “procedimento em matéria processual”. Coincidência das matérias. Art. 22, I, e 24, XI, CF	403
2.2.1. Observação inicial	403
2.2.2. Competência para legislar sobre “direito processual” jurisdicional e administrativo	404
2.2.3. Competência para legislar sobre “direito processual” jurisdicional dos juizados. A identidade com os procedimentos em matéria processual	406
2.2.4. Conflito aparente de competência legislativa privativa da União e competência legislativa concorrente da União, Estados e DF. Visão conciliadora e principiológica.....	408
2.2.5. Adequada repartição do poder entre entes federados	416
3. Competência legislativa da União e normas processuais. Questões gerais.....	419
3.1. Normas gerais de processo – em seu objeto, sujeitos e fins	419

3.2.	Regras e princípios gerais de processo. Orientação ou detalhamento.....	419
3.3.	Indeterminação e abertura conceitual. Consideração casuística com amplitude objetiva.....	422
4.	Competência legislativa dos Estados e Distrito Federal e normas processuais suplementarES.....	427
4.1.	Normas suplementares de processo – em seu objeto, sujeitos e fins....	427
4.2.	Ainda com abertura e indeterminação. Consideração casuística com amplitude objetiva.....	427
4.3.	Comentários a algumas iniciativas legislativas estaduais.....	435
4.4.	Comentários a alguns dispositivos de lei federal que invadem competência estadual. ADINs sobre o CPC-2015.....	442
4.4.1.	Consideração inicial.....	442
4.4.2.	Os arts. 52, parágrafo único, e 46, §5.º, CPC.....	443
4.4.3.	A discussão sobre a constitucionalidade do art. 75, §4.º, CPC.....	447
4.4.4.	O art. 242, §3.º, do CPC.....	451
4.4.5.	Os arts. 535, §3.º, II, e 840, I, do CPC.....	454
5.	Competência legislativa dos Estados e Distrito Federal e normas processuais supletivas.....	456
6.	Consideração conclusiva.....	468

Capítulo 6

PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	471
1. Noção introdutória.....	471
2. Papel da fundamentação da decisão na construção de precedentes.....	474
2.1. O precedente (norma geral judicial) e seus efeitos.....	474
2.2. Dever geral de fundamentação da decisão e outros correlatos.....	475
2.3. Função extraprocessual normativa e concretizadora da fundamentação. Cognoscibilidade e calculabilidade como garantias de segurança jurídica.....	485
3. Fundamentação das decisões do supremo tribunal federal e seus precedentes sobre a repartição da competência legislativa em matéria de processo e procedimento.....	489
3.1. Noção geral.....	489
3.2. Admissibilidade de atos postulatorios.....	490
3.2.1. Critério de fixação do valor da causa.....	490

3.2.2.	Legitimidade	493
3.2.3.	Competência.....	495
3.3.	Forma de protocolo e distribuição	501
3.4.	Forma de comunicação de atos processuais.	502
3.5.	Forma de produção de prova	505
3.5.1.	Interrogatório por videoconferência.....	505
3.5.2.	Dia, hora e local de oitiva de delegado de polícia.....	510
3.6.	Forma de julgamento	514
3.7.	Efeitos da decisão e recursos	516
3.8.	Prioridade no trâmite procedimental	518
3.9.	Procedimento de homologação judicial de acordo de alimentos	520
3.10.	Competência e prerrogativas do juiz de paz	524
3.11.	Sistema de gerenciamento de depósitos judiciais	527
3.12.	Processamento de crimes de responsabilidade	528
3.13.	Organização e composição de órgão jurisdicional.....	532
4.	Colocação final	534
CONCLUSÃO		537
REFERÊNCIAS		541